

# *Cidade como Utopia e a Favela como Espaço Estratégico de Inserção na Cultura Urbana (1856-1930)*

Pádua Santiago  
Universidade Federal do Ceará

## RESUMO

O presente trabalho pretende pensar o processo de migração e a emergência das favelas em Fortaleza. Para tanto, foi necessária uma tentativa de apreensão das razões da atração pela cidade e o que representa a cultura urbana para as camadas populares.

Palavras-chave:

Migração – história urbana – favela

## RÉSUMÉ

Notre article porte sur le processus de migration et sur l'émergence des favelas à Fortaleza. Pour cela, nous avons tenté d'aborder les raisons de l'attrait vers les villes et ce que représente la culture urbaine pour les couches populaires

Mots clés:

Migration – histoire urbaine – favela

*“Então reconheça a realidade. Ela bate no seu rosto. Honestidade ou desonestidade não são coisas que mereçam nosso interesse, nossa afeição, nosso zelo. De que nos Valem Elas?”*

*“Sou do interior, Padre Hélio, como muita gente aqui. Comprei trinta palmos de terra na rua Mossoró e levantei um barraco. Há três anos que pago o terreno e agora, tendo atrasado dois meses o pagamento, o homem ameaça-me tomar a casa. Fui despedido da firma e tenho uma criança doente. Não posso, nessas condições, entregar o barraco e ficar na rua”.*

Ciro Sampaio, Pirambu

Para se pensar o processo de migração e a emergência das favelas em Fortaleza, faz-se necessário uma tentativa de apreensão das razões da atração e o que representa a cultura urbana para as camadas populares do campo e da cidade.

A cultura urbana em Fortaleza tornou-se, a partir da segunda metade do século XIX, o lócus central do “modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo” das camadas populares. O olhar dos empobrecidos sobre esse “modelo” é de pasmos sensuais e, muitas vezes, consensuais; é de fascínio pela magnitude, pelo impulso virtual de consumo perspectivo que o exotismo da urbanidade impõe: perspectivas reais e ilusórias de trabalho, arranjo arquitetônico, vias de circulação interestaduais e internacionais, sua espacialidade traspassada pela onipresença de automóveis, telefones, shoppings repletos de novidades tecnológicas e da moda, cinemas, jardins, perfumes e cheiros, diversidade de origens culturais.

“Modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo” passa a ser a complexidade dos referenciais que as elites imprimem na cultura urbana, através da qual se impõe um balizamento das dimensões da vida e do governo da cidade. Governo que não é somente das coisas públicas, mas também,

dos desejos, que se publiciza ostensivamente, oficial e oficiosamente, como referencial de excelência através de consumos culturais alienígenas ao referencial da população rural. O governo, da Capital, tem como território o cotidiano imediato do espaço urbano, mas também, uma história exigente de feitos comparativos que lhe aufere relevância em detrimento de outros espaços do território do Estado local. Sejam esses espaços urbanos ou rurais. Sendo prospectivo, ele tem como parâmetro realizações materiais e simbólicas retrospectivas que definem seus pares e tradições, assim como sua imprescindibilidade histórica. Nesse sentido, ditam as vias de acesso à realização da inserção e da ascensão social.

Portanto, “modelo hegemônico de bem-estar e estar bem” é uma dimensão da cultura urbana, tomada como refém pelas elites, que instrumentaliza as instituições públicas, espaço e população urbana segundo seus interesses social, econômico, de segurança, jurídico e cultural. Ele, o “modelo”, se impõe como universo irrevogável da realização dos desejos e das necessidades sociais e individuais. Ele é, enfim, o lugar das formas de racionalizações forjadas pela sociedade moderna: a burocracia disciplinar de Estado e o mercado de consumo produtor de espetáculo e de desejos reais e virtuais.

Fortaleza, enquanto “modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo”, é, por outro lado, a última utopia na qual as necessidades sociais poderão ser realizadas. Estas necessidades, segundo Henri Léfèbvre, do ponto de vista antropológico, são opostas e complementares, compreendendo as necessidades de segurança e de liberdade, de certeza e de aventura, de organização do trabalho e do jogo, da previsibilidade e do imprevisto, da unidade e da diferença, do isolamento e do encontro, das trocas e dos investimentos, da independência (ou mesmo da solidão) e da comunicação, do imediato e do longo prazo. Outrossim, o ser humano tem ainda necessidades específicas que não se inscrevem na lista de satisfação dos equipamentos comerciais e culturais, como a de criação, de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas, através das quais o jogo, a sexualidade, os atos corporais, a arte e o conhecimento são manifestações particulares de um desejo fundamental que sobrepuja a divisão parcelar do trabalho.<sup>1</sup>

Em busca de suprir tais necessidades e tendo Fortaleza como a última utopia de “bem-estar e estar bem no mundo” é que é acionado um êxodo, de origens diversas, em busca da Capital.

No entanto, quais seriam os acontecimentos materiais e imaginários, no campo e na cidade, que justificariam a fascinação e a atração que esse «modelo hegemônico» exerce sobre as camadas pobres camponesas? Quais seriam, do ponto de vista das camadas populares, as relações entre migração e emergência das favelas como espaços estratégicos de inserção e ascensão social?

Os acontecimentos que justificariam a fascinação e a atração por Fortaleza estariam intrinsecamente relacionados: o da estrutura agrária (a seca, concentração de terras, etc.) e o déficit de confiança nas instituições (civis, eclesíásticas, estatais); acontecimentos da ordem do desejo (a fascinação das camadas pobres pelo exotismo e pelo “soberbo” da cultura urbana, e a cidade como espaço possível da concretização das necessidades sociais e dos desejos de reconhecimento individual e coletivo).

No que diz respeito a questão climática, mesmo se em Fortaleza, depois da seca de 1877/79, o obituário registrava 65.163 falecimentos, cuja causa foi a varíola<sup>2</sup>, estes números não depuseram contra o

ulterior ascenso populacional de Fortaleza. Em 1889 a população de Fortaleza contou com 27.000 habitantes e, em 1900, ela passaria para 50.000 indivíduos. Já no ano de 1920, ou seja, depois da seca de 1919, Fortaleza possuía 78.536 habitantes, enquanto o recenseamento de 1940 estimava em 180.200 o número de indivíduos morando na capital. Neste período registra-se apenas uma seca, a de 1931/32, e observa-se um aumento de 101,7% da população; ou seja, 5,5% de aumento anual. Já no período anterior, entre 1900 e 1920, com o registro das secas de 1900, 1903/04, 1915 e 1919, o ascenso populacional atinge o percentual de 30,1 %; ou seja, 1,5% por ano.<sup>3</sup> Embora banal, ainda que ilustrativo, o conjunto de dados estatísticos nos leva a pensar que a seca, como fator visível da migração e atração por Fortaleza, não foi suficiente para explicar, por si só, a migração, a fascinação dos pobres pelas luzes, as cores, os sons, a atmosfera, a miragem dos acenos da ambiência urbana.

No entanto, visto que a seca, por um lado, aguça as lutas sociais obrigando a memória dominante a refazer-se, “utilizando todos os artifícios para permanecer como catalizadora das tensões, legitimadora da ordem e definidora de limites para a prática política”,<sup>4</sup> por outro lado, ela é um dos acontecimentos onde se cristaliza o déficit de confiança no Estado como instituição capaz de resolver os problemas ligados a questão da terra.

Rodolfo Teófilo, em *A seca de 1915*, revelava a corrupção durante a seca de 1877/79 e de 1915. Em 1932 inúmeros artigos de jornais denunciavam os aumentos abusivos dos preços de artigos de consumo destinados aos trabalhadores das obras federais. Aparentemente ou verdadeiramente louco, não saberemos jamais, o personagem popular conhecido por José Levy, criticava com veemência homens de instituições que, sob o pretexto de lutarem contra a seca, enriqueciam com o dinheiro público. Segundo Daniel Carneiro Job, em *Praça do Ferreira: o inédito, o sério e o pitoresco*, relata a entrada de Levy na “Rôtisserie”, no dia 22 de janeiro de 1929, vestido num paletó preto, trazendo na mão um exemplar do jornal *O Ceará*. Envolto na ópera *Aida*, de Verdi, que a orquestra do restaurante executava, e sob os aplausos galhofeiros da clientela, sobe na mesa e se lança num grande discurso anunciando sua candidatura a deputação federal e denunciando a corrupção do Instituto de Obras Contra as Secas e suas listas de trabalhadores fictícios. Já Jader de Carvalho, em 1963, não se contenta, em prefácio ao seu romance *Aldeota*, de falar do rumor que sugeria a origem suspeita das fortunas desse bairro nobre de Fortaleza. Elas eram fruto do contrabando e da sonegação de impostos.

Existe, pois, uma longa literatura que nos subsidiaria uma história da corrupção nas instituições públicas que, ademais, não se limitaria apenas aos períodos de estiagens, nem as instituições públicas, mas apreenderia suas manchas nas relações corriqueiras entres os indivíduos. Essa literatura corroboraria as idéias do professor, personagem de *Elogio da corrupção* (1990), ensaio-ficção de Antonio Bulhões, que defende a polêmica tese da corrupção como motor da história da civilização. Não teriam as camadas populares feito a mesma constatação?

Num aspecto micro-social, a aproximação entre corrupção e o déficit de confiança foi registrado pela assistente social Aldaci Barbosa, em seu trabalho *Uma experiência de organização social de*

*comunidade na paróquia de Nossa Senhora das Graças*, de 1959: “Devido, talvez, ao abandono a que foram relegados pelo descaso das autoridades e entidades classistas, parecem-nos bastante desconfiados, não acreditando muito em nós e muito menos na obra que pretendíamos realizar”. Se a assistente social registra o déficit de confiança nas camadas populares, o morador Geraldo Valmir Gomes da Silva, em 1991, em seu livro *Plage aux requins – épopée d’un bidonville de Fortaleza (Brésil) raconté par un des ses habitants*, mostra como os interstícios do cotidiano da população haviam sido invadidos por um ego narcísico e o ocaso da virtude: “Se for contar casos dos tribunais do Pirambu, se for contar casos desonestos, talvez empregáramos anos e não faltava história para o bom historiador.” O autor mostra, por outro lado, porque as camadas populares haviam perdido a confiança nas instituições: “tinham medo da bondade, eram muito explorados e tinham medo da palavra honesta”.

Esta vivência com a corrupção e a constituição de um déficit de credibilidade nas instituições se aprofunda também na interface da mentalidade autoritária dos organismos civis, eclesiásticos e do Estado, cujas “diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relações de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia as relações interpessoais)”.<sup>5</sup> Esses elementos, desenham as vias de superação do mundo à deriva: inserção social no “modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo”. Neste, as camadas pobres manufacturam uma assimilação segundo a invenção de uma virtude para além do bem e do mal.

Quando pensamos “para além do bem e do mal”, nos referimos a esse olhar valorativo, que não é essencialmente negativo ou positivo, que as camadas populares imputam ao “modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo”. Olhar que não analisa a partir da idéia de contradição, de dialética, de transformação da totalidade da macro-estrutura. Os homens e a sociedade, do ponto de vista da macro-estrutura, precipitaram-se numa espécie de prisão escatológica, cuja raiz se aprofunda através da violência das repetições dos casos de desigualdades, de distinções sociais e de segregações espaciais. Preso a essa teia, para as camadas populares, não restou senão os núcleos das micros mudanças cotidianas, imediatas e essencialmente hedonistas.

Essa hipótese experimental lucidez se analisássemos o período que se estende do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, no qual observaríamos camponeses depositando muito mais confiança nas palavras e nos projetos dos “santos”, dos “beatos” e dos “cangaceiros” do que em projetos de transformação da estrutura global da sociedade. É possível, também, que estas transposições religiosas e criminais da população rural poderiam ser sintomas da falta de confiança nas instituições oficiais, julgadas incapazes de resolver os problemas dos camponeses pobres, fazendo com que estes últimos busquem vencer as alienações, materiais e simbólicas, apelando para personagens místicos e foras-da-lei. Tratar-se-ia também de deserção de um universo rural alienado do estado de direito, ademais impregnado de mandonismos políticos, sociais e religiosos.

Outrossim, os fracassos dos personagens foras-da-lei, frente aos interesses das elites instaladas nos organismos legais, e das forças sobrenaturais, diante do utilitarismo do clero, depuseram contra uma perspectiva otimista de superação dos limites de ascensão social no campo. Porém, a esperança não foi dissimulada. Ao contrário, o emaranhado dos fracassos das experiências, contraídas nas múltiplas derrotas, não arrefeceram o princípio esperança<sup>6</sup> de bem-estar e estar bem no mundo. Houve uma transposição para o “Eldorado” urbano.

A emergência da Capital, como última utopia da população interiorana, acompanha-se da construção de um discurso depreciativo do Sertão. Raquel de Queiroz, no seu romance *O Quinze*, põe na boca de um de seus personagens que o Sertão, em contraste com a cidade, é uma “ignomínia”, um “exílio”.<sup>7</sup> A escritora esboça o sonho dos camponeses de uma vida melhor na cidade, que não está distante das estatísticas de 1967, do documento *As migrações para Fortaleza*, que deram visibilidade aos desejos das populações que se mobilizam para a metrópole. As motivações, acionadas pela compreensão, da corrupção, do autoritarismo, da insegurança, da frustração, do complexo de inferioridade individual ou grupal, impulsionam os camponeses para a migração. Segundo o documento supracitado, «razões da saída do lugar de nascimento», o desejo de “empregar-se”, teve os mais elevados percentuais: 24,5%; a posse da casa própria, que vem em 2º lugar, e que desencadeou o processo de luta pela terra nos anos 1940, teve um índice de 18,6%; e, em 3º lugar, o desejo de ascensão social, ou de mudança de “status”, traduzido pela expressão “melhorar de vida”, representou 11,0 %.<sup>8</sup>

A população do interior acredita que é na Capital que poderão melhorar de vida. No entanto, Fortaleza se apresenta não somente como um delírio de mudança substancial da vida. Ela seduz concretamente através da sua relativa magnitude e soberba, se comparada, bem entendido, com as minimizadas perspectivas de vida dos vilarejos do interior do Estado.

O esboço relativo da imponência, da magnitude de Fortaleza, começa durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, quando as plantações de algodão se intensificaram no Ceará (1861/1870). A partir deste período, Fortaleza assistiu a emergência da primeira usina de fiação (1881), ao mesmo tempo em que surgem os primeiros estabelecimentos bancários. A capital torna-se o centro da província, exigindo dotação de infra-estruturas político-administrativas. Empreende-se reforma do porto e assiste-se a abertura de novas estradas de rodagem e a implantação da estrada de ferro em 1873. Elisabeth Fiúza Aragão (1989, p. 30), afirma que nesse período a riqueza cearense se fundava essencialmente em três pontos: o algodão produto para a exportação, os comerciantes, agentes do processo de acumulação, e Fortaleza como empório para a circulação das mercadorias. Segundo Auxiliadora Lemenhe (1991, p.124), devido, por um lado, a centralização da exportação para fora do país e, por outro, da concentração dos impostos do Ceará, “Fortaleza, desde então, sob seus encantos de capital, esconde sua face de cidade voraz”.

O contexto econômico favorece a busca de inserção das elites no modelo de cultura urbana tendente no mundo. Conseqüência desta busca foi o investimento na urbanização. Sob a influência do

engenheiro Adolfo Herbster, um plano de reforma da Capital provoca inovações nos edifícios públicos e no traçado das ruas. As praças da cidade foram embelezadas encantando os transeuntes admiradores, sobretudo, a Praça do Ferreira reformada várias vezes no século XX. Uma cartografia da fascinação urbana ergue-se pontuada pelo Teatro José de Alencar, inaugurado em 1910, pelos *tramways* elétricos que entram em serviço em 1913. Em 1917, o capitalista Plácido Carvalho constrói o Cine-Teatro Majestic, o edifício mais alto da cidade até então que se tornaria a grande atração para os habitantes do Estado. Depois da Segunda Guerra, a modernidade européia dá lugar a americana, dispondo, de forma acelerada, novos equipamentos urbanos e seus referenciais técnicos e de consumo. O cinema vindo diretamente de Hollywood aportaria novas práticas cotidianas e mudança nos gostos arquitetônicos, tanto que a partir de então se copia os *bungalows* de Beverly Hills. Na avenida Santos Dumont surge uma réplica exata da magnífica mansão de *E o vento levou*, copiada meticulosamente a partir de uma maquete enviada pelo estúdio produtor do filme.

Mesmo se Fortaleza, apesar dos esforços administrativos, não conseguia verdadeiramente equiparar seu espaço urbano com o modelo urbano tendente da época (Rio de Janeiro, Paris), ela era simpática para os viajantes estrangeiros e era considerada como uma cidade magnífica aos olhos do migrante.

Entre admiração e respeito, se situa o testemunho do cronista comparando Fortaleza com sua cidadezinha de origem: “embora Fortaleza daquele tempo fosse uma encantadora província, se comparada à minha pequenina e inocente Beberibe, me parecia uma metrópole. Algo como deixar Fortaleza, agora, e chegar à Nova York. Encantava-me os prédios altos, as lojas bonitas e suas vitrinas, as ruas pavimentadas, os carros, o barulho ensurdecido dos bondes, a elegância das pessoas, as residências chiques”.<sup>9</sup>

Geraldo Valmir Silva, em *Plage aux requins*, já citado anteriormente, apesar de idealizar a vida rural, ele mostra, através da epopéia desastrosa de “Seu Manoel Pescador”, a fascinação obstinada que a cidade exerce sobre o homem do campo. Geraldo Valmir argumenta insistentemente que “o tempo arrastou toda a herança de um homem que tinha mania de Capital”. O autor nos mostra a intensidade da obsessão do migrante pela cidade, quando ele frisa que seu personagem tinha “mania de capital”. Essa insistência em morar em Fortaleza, no entanto, não é abalada mesmo que Manoel constate que seus bens materiais e morais haviam sido hipotecados: “Seu Manoel não queria voltar para a sua terra. Voltar para aquela miséria?... Seu Manoel teimou. Sua palavra era um tiro e ninguém impedia sua viagem... Não pensou em nada queria mesmo era a Capital”.

Valmir, na sua versão do processo migratório, envereda, no que ele entende como a essência da cultura urbana : dispersão nos espaços e nas relações sociais de uma arquitetura mental marcada pela distinção e segregação sócio-espacial. Tal mentalidade invade a acepção do autor que ver do mundo dividido duas cidades. Uma, habitada pelos homens de poder, pelos bem-sucedidos, pelas autoridades, pelos indivíduos de saber e de bons modos que poderiam lapidar as assimetrias sócio-espaciais que o comportamento urbano expõe e impõe. Uma outra cidade se confunde com a favela e torna-se lócus da

migração fracassada, para a qual ele inventa múltiplas denominações: “vulcão da miséria”, “inferno de areia”, onde mora a “massa indigesta” que “sofre sem saber porque”.

É na cidade do “grande oceano de areia”, do “verdadeiro inferno”, outros cognomes utilizados por Geraldo Valmir para definir a favela, que Manoel “Pescador”, primeiramente em busca de ascensão social e, depois, por amor próprio, desiste de voltar para o campo. Segundo o autor (p. 146), o tempo na cidade dos “fracassados” “arrastou toda a herança de um homem que tinha mania de Capital. Aproveitando o chamado da pobreza e da miséria, arrumou malas e malotas e veio cumprir seu destino”: as filhas deixaram as “grades de labirintos e almofadas” e caíram na prostituição, os filhos foram levados ao banditismo, abandonando o ofício de pescador e a esposa de Manoel, que tinha uma vida de “paraíso”, “o diabo arrematou-a e jogou-a no inferno de areia no meio de tudo aquilo que não prestava”. Depreende-se daí, portanto, que a escolha dos migrantes e das camadas pobres por Fortaleza é risco, obstinação sem volta para o lugar de origem, mesmo que a cultura urbana seja desilusão e se confunda muitas vezes com o caos.

Noutro sentido, o mais importante a ser ressaltado é que os imigrantes são conscientes “da sua situação de inferioridade e de impossibilidade duma mobilidade vertical na sua comunidade de origem”. Assim conjectura *As migrações para Fortaleza* (p. 97) e aponta para a busca de prestígio dos migrantes na cidade. Esse prestígio, ou desejo de reconhecimento, primeiro motor da história humana, segundo Francis Fukuyama, não chega a ser uma pulsação imperativamente econômica. É um aspecto da identidade em elaboração contínua, cujo caráter ideal se define sobre uma base universal, segundo a qual a dignidade dos indivíduos, enquanto seres humanos idealmente livres e autônomos é reconhecida por todos.

Essa luta pelo prestígio é, por um lado, individual. E é possível de se ilustrar alguns exemplos de personagens da mais humilde origem que buscaram o desejo de reconhecimento, ou tentaram a reversão do status que, segundo Victor Turner, citado por Natalie Davis, “serve para afrouxar os rigores de uma sociedade estruturada e para ‘infundir’ no sistema, ainda que temporariamente, os valores de uma comunidade igualitária”.<sup>10</sup>

A façanha do personagem popular Bembém, é um exemplo do pobre em busca de reconhecimento através da estratégia mimética da cultura das elites. Proprietário de pequeno posto de venda de caldo de cana-de-açúcar, ele viveu em Fortaleza até o começo do século XX. De tanto ouvir seus interlocutores com suas falas ufanistas sobre a França, e observar sua influência sobre os hábitos e comportamento dos mais abastados, ele fez poupança para se pagar uma viagem a Paris. De volta, não deixou de tentar demonstrar sua incorporação a esse consumo de viagens à Europa, de acesso a cultura estrangeira, restrita as elites e impossibilitada às camadas pobres.<sup>11</sup>

Um outro exemplo é o de Manezinho do Bispo, apelido contraído da sua função de esmoler, que o colocava em contato com os intelectuais católicos de Fortaleza. Ele era um beato iletrado. No entanto, ele decide redigir máximas com o fim de expor sua filosofia e sua visão de mundo. Logo que, em 1919, uma delegação de cientistas chega a Fortaleza para ir à Sobral observar um eclipse anunciado. Manezinho

se viu impedido de participar do evento. Isso não o impediu de escrever tratados de astronomia onde ele declarava que “parece que o negócio é longe. O sol brilhante da Argentina, ao nascer, dará com seus luminosos raios o beijo nupcial na lua da Bolívia, às 6 horas de 13 de junho próximo (pois ela é lua cheia)”.<sup>12</sup> O domínio da cultura escrita e acadêmica, que Manezinho acreditava ter se apropriado, é um dos instrumentos que imprime a distinção social, mas é, também, a forma através da qual se aciona a inserção no “modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo”.

Todavia, esse desejo de reconhecimento das camadas pobres se confronta com a realidade dos significados da cidade-fortaleza. Segundo o *Novo Dicionário Aurélio*, no sentido belicoso, ela é fortificação, praça fortificada, forte que protege os interesses da metrópole contra seus inimigos. Na gíria ela significa lugar bem defendido e escondido, sede de atividade fora-da-lei, fazendo jus a denúncia do enriquecimento ilícito das elites de Fortaleza no livro *Aldeota*, de Jader de Carvalho (Carvalho: 1963). A cidade-fortaleza funciona, ao mesmo tempo, como defesa dos privilégios das elites e como obstáculo à circulação e ao acesso equitativo dos pobres aos serviços privado e público. Estamos, pois, na superfície da distinção e da segregação sócio-espacial que se processa ao longo dos assédios das camadas empobrecidas na Fortaleza da metade do século XIX e primeiras décadas do século XX.

De fato, os agenciamentos visando uma adequação da urbanidade de Fortaleza através de reformas, com o fim de inseri-la no quadro tendente das modernidades ao longo de seu processo de preeminência, se desdobrou, também, em segregação habitacional e de lazer. Essa adequação, inicialmente, se restringiu a um espaço preciso, inscrito, por um lado, sobre o plano topográfico de Fortaleza, que data de 1875 e que podemos denominar *inter-boulevards* (atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel). Até os anos 1930, este espaço é praticamente o local de residência das elites da cidade e, até 1970, ele é também o centro comercial. As elites se obstinavam em fazer desse espaço a vitrina da cidade, pois o tratamento de sua visibilidade era fundamental em termos econômicos. Não foi por acaso que em 1910 a empresa de *import-export* Boris Frères e Cia, fez imprimir em Nice um álbum de fotos publicitárias sobre Fortaleza. Da mesma maneira, em 1932, os comerciantes encomendaram a empresa Atlantic-Film um filme capaz de dar uma “visão integral do que é de fato esta bela capital, tão desconhecida, principalmente no sul, com seus diversos aspectos de cidade adiantada que honra nossa civilização”.<sup>13</sup>

Neste cenário, o “modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo urbano”, manufatura a cidade como mercadoria, não só para atrair compradores e investidores, mas acaba fascinando, atraindo, incidindo sobre os interioranos através do “soberbo” e do “exotismo” que os discursos e as estruturas de consumo empreendem. Se esse modelo fascina e atrai, ele se articula, circula e se estrutura acionando dispositivos disciplinares, de distinção e de segregação sócio-espacial; limitando, assim, o consumo e a circulação dos pobres na trama política e nos espaços sagrados e consagrados pelas elites. Há um investimento contra doenças, contra agressões reais e imaginárias, contra as transgressões sociais e morais

dos pobres. Os investimentos disciplinares para a periferia habitada por pobres, ao mesmo tempo reforçou a segregação e a distinção entre as camadas da população.

Em Fortaleza se estabeleceram práticas de confinamento das classes sociais. Elas se articularam entre subterrâneas e visíveis. O Passeio Público, tão reputado, se compunha de três avenidas, cada uma reservada a uma camada social. O *Clube Cearense*, criado em 1867, não era freqüentado senão pelos grandes comerciantes conscientes de seus laços com a Europa. A Avenida Sete de Setembro que partia da Praça do Ferreira era reservada às elites durante o carnaval.<sup>14</sup> O exercício da distinção importava ainda, a partir da segunda metade do século XX, a mudança de residência das elites do bairro de Jacarecanga, na zona central, para a zona leste da cidade. Nesse contexto se processou, por um lado, a consolidação da favela do Pirambu e, por outro, a emergência do bairro da Aldeota. Esse fenômeno corroboraria a demarcação, ainda mais, do processo de distinção e segregação sócio-espacial de Fortaleza.

Jean-Luc Pinol, que estudou o fenômeno das segregações urbanas, mostra essas práticas de distinção na Europa no século XIX. Na Inglaterra, a organização da periferia residencial de Birmingham é o exemplo da hierarquização do espaço social no século XIX. A decisão de constituir um “gueto verde” para a elite em Edgbaton, uma grande propriedade do Lord Calthorpe, situada a menos de dois quilômetros do centro de Birmingham, foi tomada desde as primeiras décadas daquele século. As elites da cidade, em particular as elites políticas, ali moravam: nos anos 1860, 40% dos membros do conselho municipal ali viviam. Na Alemanha, o início da urbanização durante a primeira metade do século XIX provocou a aparição da segregação social e a descoberta de bairros operários, desencadeando um grande espanto nos observadores sociais.<sup>15</sup> Na França, para Rouen, Jean Pierre Chaline explica que, se o elemento popular estando presente em toda parte da cidade antiga, onde ruelas e barracos avizinhavam-se ao *Hotel Particulier*, poderia-se, sem ambigüidade, falar de exclusivo da parte das camadas superiores que se limitavam voluntariamente em morar em bairros específicos.<sup>16</sup>

Em Fortaleza é manifesto que as elites procuraram se reservar espaços específicos de moradia, e tornar mais sã a área central da cidade, expulsando os mendigos e os indigentes.<sup>17</sup> Numerosos são os artigos de jornais reveladores desse projeto. Os primeiros a sofrerem as restrições de circulação foram os loucos cujo número havia aumentado na cidade com a chegada de pobres desesperados, vitimados pela fome decorrente das estiagens. Na seca de 1877/79 eles começam a ser encerrados em asilos. O cenário não era diferente do da seca de 1932: “o Asilo continua, porém, tal qual estava no tempo em que haviam apenas duzentos alienados. Imagina-se, pois, as cenas horríveis que se podem testemunhar naqueles horríveis calabouços, onde os pobres enfermos, privados da luz da razão, vivem amontoados como irracionais. Sabemos que dos campos de concentração desta capital, já foram transferidos para o Asilo crianças loucas, sem falar nos adultos...”<sup>18</sup>

Assim como as elites investiam no isolamento de seus alienados, ela buscava isolar os leprosos ou as prostitutas.<sup>19</sup> Há mesmo a criação, em 1923, de um fundo de caridade para a extinção da mendicância. A Liga das Senhoras Católicas estabelece a data, 17 de janeiro, e as sanções contra os

reincidentes: “da referida data em diante, todo mendigo encontrado na rua a esmolar será, pela primeira vez, mandado apresentar-se àquela instituição, na reincidência, conduzido à delegacia de polícia.”<sup>20</sup>

As instituições filantrópicas tiveram, portanto, um papel instrumental na montagem da segregação. A caridade reforçava a distinção social já existente. Doar uma esmola fazia parte do código dos grupos sociais mais abastados e, freqüentemente, por trás dos dons anônimos, se escondia uma identidade bastante conhecida na cidade, pois os generosos doadores adoravam revelar involuntariamente suas iniciais.<sup>21</sup> Normalmente as doações eram feitas a um hospital ou a um leprosário; elas são numerosas e esta forma de generosidade não se enfraquece ao longo das primeiras décadas do século XX. No entanto, a publicização ostensiva da caridade era sobre os donativos enviados para a Europa. Sobretudo para os pobres da Alemanha e da Rússia em 1923.<sup>22</sup> A caridade em Fortaleza é, pois, tradicional e instrumental entre os membros das camadas abastadas de Fortaleza. É através dela, também, que se reforça uma mentalidade de distinção, e é através dela, ademais, que a Igreja Católica coloniza as superfícies da miséria: filantropia para os indigentes sem salários e Círculos Operários para os trabalhadores.

Apesar do confinamento, da segregação sócio-espacial e da caridade, Fortaleza, assim como outros centros urbanos, se viu assediada por migrantes e por pobres, fascinados pela magnitude, pelo impulso virtual de consumo que o exotismo da cultura urbana impunha. O centro era o lugar de tentações, desejos, vitrine de civilidade, de modernidade, de automóveis, telefones, lojas repletas de maravilhas, seus cinemas e seus jardins.

No entanto, os investimentos tentando o controle, estabelecendo os limites de circulação dos pobres, viram-se ineficazes na visibilidade da miséria presente em todos os lugares da cidade. Não somente eles estavam nas ruas, nos cafés, nos cinemas, no teatro, ou nos bordéis, mas, também, silenciosamente, nas “areias”, nas favelas. A multidão de pessoas pedindo esmolas era de tal sorte que o jornal *Gazeta de Notícias* (08 de setembro de 1923) qualificava Fortaleza de “mendicópolis”, cujas “distintas senhoras do escol da nossa sociedade” tentavam em vão lutar contra a mendicidade”. *O Nordeste* (08 de agosto de 1925 e 17 de fevereiro de 1927) denominava ainda a Capital de “paraíso dos gatunos”, e que “ninguém ignora que a delegacia de polícia não dispõe do efetivo de praças necessários para garantir plenamente a inteireza da propriedade particular”, numa denúncia aos freqüentes roubos nas propriedades privadas. A reestruturação da polícia, empreendida desde 1917, com o esforço da seleção e da preparação de seus homens, um novo serviço médico-legal, a constituição de novos postos e distritos policiais e os progressos da identificação de criminosos, foram importantes na limitação e controle da circulação dos pobres no centro da cidade, mas não impediram a colonização de áreas de risco nas areias, como eram denominadas até então as favelas.

Antes do «boom» das favelas, nos anos 1930, os subúrbios de Alto Alegre, de Barro Vermelho e, sobretudo do Arraial Moura Brasil eram considerados pela imprensa e pela polícia os mais perigosos da cidade.<sup>23</sup> A partir dos anos 1930, os pescadores que ali viviam começam a migrar em direção ao Pirambu, conhecido na época por Arpoadores, núcleo de pescadores. A acuidade controladora não bastou e o *boom*

das favelas se materializou. Uma outra cronologia urbana emerge juntamente com a favela do Cercado do Zé Padre que nasce em 1930 e a do Mucuripe em 1939. A partir dos anos 1940, surgem as favelas do Morro do Ouro, que data de 1940, da Varjota formada em 1945; a do Meireles e do Papoquinho são de 1950; a do Campo do América é 1952; e enfim, a do Lagamar surge em 1953. Ao longo desse período de favelização, aqueles núcleos de pobres iriam participar de uma imensa luta pelo reconhecimento, pela integração espacial e pela inserção social de seus moradores.

Na realidade, nem todas as cidades brasileiras viveram da mesma maneira os problemas da favelização. São Paulo não conheceu favelas senão a partir dos anos 1970, verdadeiro exotismo que Sachs pôs em discussão, em *São Paulo: politiques publiques et habitat populaire*,<sup>24</sup> As moradias precárias existentes na capital paulista eram os cortiços e os porões. Tipos de moradias coletivas num quadro tão miserável quanto das favelas.

No Rio de Janeiro, sob Vargas, novas tensões sociais se amplificavam entre as classes sociais, propiciando a elaboração de discursos e práticas sobre a habitação social. Para afirmar os fundamentos de seu governo, Vargas considerava que a moradia dos pobres era um problema grave e o Rio de Janeiro merecia uma atenção particular, pois as favelas se desenvolviam devido o crescimento industrial e por causa das crises agrícolas dos Estados vizinhos.<sup>25</sup> O desejo de controlar as camadas populares, no espaço em que elas moravam, se revela no “Código de Obras” redigido em 1936 sob Vargas. Os artigos 347 e 349 relativos aos trabalhos públicos definiam os procedimentos para a substituição de favelas por moradias sociais. Foi também sob Vargas que se construiu “Parques Proletários”. Lúcia do Prado Valladares, vê nesses “Parques” uma primeira tentativa de política policial contra os favelados, revelado pela queima de barracos e prisão dos habitantes da favela.<sup>26</sup>

Com relação a cidade de Fortaleza, entre 1930 e 1940, não houve investimento do Estado para a extinção das favelas segundo o modelo do Rio de Janeiro. Mesmo porque, o processo de consolidação da favela do Pirambu, na área estigmatizada da zona oeste, do Mucuripe, próxima ao porto e o Lagamar, num solo de mangue, adiou uma possível especulação imobiliária e conflitos pela terra. Se casas de veraneios no Pirambu apareciam à venda nos jornais, isto foi devido, não a especulação imobiliária, mas ao aumento da população e as matérias policiais na imprensa sobre a favela revelava a emergência da insegurança e ameaçava a tranqüilidade dos finais de semana dos mais abastados: “no Pirambu, que fica a uma distancia apreciável da cidade, não há policiamento de espécie alguma, apesar de sua população crescer dia a dia” (*Gazeta de Notícias*, 04 e 18 de março de 1930).

O nó de relações sociais, políticas, econômicas e religiosas das camadas pobres no campo e na cidade, nos transporta para a superfície da experiência e nos leva a refletir com Thompson que “os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro desta idéia do termo – não como sujeitos autônomos indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e com antagonismos, e em seguida tratam esta experiência em sua consciência e sua cultura, das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre suas

situações determinadas”.<sup>27</sup> Este campo fundamentalmente político da experiência, nos permite compreender a lógica da migração e sua relação com a formação das favelas, e de apreender o jogo da “colonização” de espaços específicos, como o da favela do Pirambu, Mucuripe e Lagamar.

Portanto, a experiência das camadas pobres urbanas é uma rede de vivências cujas fronteiras espaciais e culturais estão dispostas em múltiplos referenciais. A população sendo em grande maioria composta por migrantes, a interpretação que ela tem do mundo começa no meio rural, com tudo o que viver num tal espaço representa – seca, exploração, repressão, ausência de ajuda, etc. – e ela se articula com o tatear da vida na cidade – outros parâmetros de comportamento, referências de consumo diferentes, outras relações de poder, etc. Os imigrantes experimentam dois estigmas, dois tempos, dois universos de compreensão e experimentação da vida e da morte.

## NOTAS

<sup>1</sup> Ver: LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville suivi de Espace et politique*. Saint-Amand (Cher): Éditions Anthropos, 1974, Série “Points”, nº 52.

<sup>2</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Variola e Vacinação no Ceará*. Fortaleza: Oficinas do Jornal do Ceará, 1904, p.23.

<sup>3</sup> GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. *As migrações para Fortaleza*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, p.22.

<sup>4</sup> NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza: SECULT, 1994, p.97.

<sup>5</sup> CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.54.

<sup>6</sup> Segundo o teólogo Leonardo Boff, todo cristão tem esse princípio esperança porque “ele sabe que o fim da história é feliz e já foi mostrado e garantido pela ressurreição de Jesus Cristo”. BOFF, Leonardo. *O destino do Homem e do mundo – Ensaio sobre a vocação humana*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

<sup>7</sup> QUEIROZ, Raquel. *O Quinze*. Lisboa: Difel, s.d., p.22.

<sup>8</sup> GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. *As migrações para Fortaleza*. op. cit., p.102/3.

<sup>9</sup> LOPES, Marciano. *Royal Briar: Fortaleza dos anos 40*. 3 ed. Fortaleza: Tipoprogresso, 1989, p.110 e 27.

<sup>10</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.91.

<sup>11</sup> Bembém foi e voltou. Ele estava desolado pelo fato de não ter viajado antes, pois não pode assistir a decapitação de Maria Antonieta!... Bembém não se cansava de falar da França. Um intelectual perverso o aconselhou de imprimir cartões para seus amigos e clientes onde podia-se ler “Bien-bien-Garapière-Fortaleza-Ceará”. AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza descalça: reminiscências*. Fortaleza: Edições UFC, 1983, p.33 e 155-156.

<sup>12</sup> SOMBRA, Waldir. *O porteiro do palácio (ou as estripulias literárias do Manezinho do Bispo)*. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996, Série Pesquisa, nº 5.

<sup>13</sup> O filme mostrava uma vista panorâmica das praias e dos jardins públicos, os mais belos edifícios, as redações dos principais jornais, o carnaval e os bailes, os costumes populares, os clubs, as residências “aristocráticas” e algumas usinas ou comércios locais. “Um filme de Fortaleza.” *O Povo*, 22 de janeiro de 1932.

<sup>14</sup> ALENCAR, Edgar de. *Fortaleza de ontem e ante-ontem*. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p.25.

<sup>15</sup> BRUN, Jacques e RHEIN, Catherine (org.) *La segregation dans la ville*. Paris: Editions L’Harmattan, 1994, Col. “Habitat et Société”, p.61-62.

<sup>16</sup> CHALINE, Jean-Pierre. *Lês bourgeois de Rouen, étude d’une elite urbaine au XIX siècle*. Paris: Presse de la FNSP, 1982, p.1-63.

<sup>17</sup> PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993, p.62.

<sup>18</sup> “Quase 400 loucos no Asilo de Porangaba.” *O Povo*, 27 de junho de 1932.

<sup>19</sup> “Solicitando as providências do senhor delegado.” *Gazeta de Notícias*, 23 de janeiro de 1930, p. 9.

<sup>20</sup> A data foi adiada várias vezes. Sobre a questão ver: *O Nordeste*, 16 de janeiro de 1923. Ver também: *O Nordeste*, 15 de fevereiro de 1923 e 8 de março de 1924.

<sup>21</sup> *O Nordeste*, 23 de março de 1928, 11 de março de 1933, 11 de março de 1928, 5 de agosto de 1924 e 25 de abril de 1923; *O Povo*, 20 de julho de 1933, 25 de julho de 1933, 17 de janeiro de 1934, 13 de julho de 1933 e 14 de fevereiro de 1923.

<sup>22</sup> *O Nordeste*, 10 de outubro de 1923, 30 de outubro de 1923, 3 de outubro de 1923, 21 de fevereiro de 1923, 3 de outubro de 1923 e 6 de junho de 1923.

---

<sup>23</sup> Ver: Relatório do Delegado, Coronel José Amaro Coelho Cintra, da 2ª Delegacia de Polícia da Capital, apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado do Ceará, Dr. João Thomé de Saboya e Silva, pelo Chefe de Polícia, Bacharel José Eduardo Torres Câmara, 31 de maio de 1919. Fortaleza: Typ. Moderna, 1919. O Arraial Moura Brasil foi conhecido primeiramente como Morro do Moinho. Na realidade, a imprensa o denominava de Favela Cearense. *O Povo*, 20 de maio de 1932.

<sup>24</sup> SACHS, Celine. *São Paulo: politiques publiques et habitat populaire*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1990, Col. "Brasília", p. 64.

<sup>25</sup> LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1993, p.95-105.

<sup>26</sup> VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960, p. 61-63.

<sup>27</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981, p.182.